

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 762, DE 2019

Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, para estabelecer a obrigatoriedade de divulgação de avaliação do cumprimento das metas do plano de governo, previsto no art. 84, XI da Constituição Federal.

Autor: Deputado BACELAR

Relator: Deputado ORLANDO SILVA

I - RELATÓRIO

A proposição epigrafada acrescenta à Lei de Acesso à Informação e também à Lei que estabelece normas gerais de contratação de serviços de publicidade artigos obrigando a divulgação da avaliação periódica do cumprimento das metas do plano de governo a que se refere o art. 84, XI, da Constituição Federal.

A Justificativa do projeto esclarece tratar-se de reapresentação do já arquivado PL 2.228/2015, do ex-deputado federal Adail Carneiro, e que a proposta em ambos consubstanciada *“visa elevar o grau de transparência na gestão da administração pública e permite o controle democrático da sociedade sobre as instituições representativas e seus mandatários”*.

O prazo regimental se esgotou sem que fossem apresentadas emendas à proposição, que se sujeita à apreciação conclusiva por este Colegiado, no que se refere ao mérito, e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos aspectos atinentes à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

II - VOTO DO RELATOR

A Constituição Federal, em seu art. 84, inciso XI, atribui ao Presidente da República a competência de “*remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias*”. Tal providência tornar-se-á mera formalidade caso não se dê a devida publicidade ao plano de governo e, especialmente, ao andamento das providências por ele requeridas.

Procede, por conseguinte, a proposta, consubstanciada na proposição ora apreciada, de incumbir os órgãos e as entidades públicas da divulgação, no que concerne às suas competências, do plano de governo e da avaliação do cumprimento das ações dele decorrentes.

Embora entenda descabida a alteração da Lei nº 12.232, de 2010, que estabelece normas gerais para contratação de serviços de publicidade, bem como que disposição no sentido aventado deve ser incorporada à Lei de Acesso à Informação na forma de inciso acrescentado ao § 1º do art. 8º, e não de um novo art. 8º-A, respeitando a competência exclusiva da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para se manifestar sobre a técnica legislativa, abstenho-me de promover alteração meramente formal da proposição.

Pelo exposto, atendo-me à competência deste Colegiado para apreciar estritamente o mérito da proposta, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 762, de 2019.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado ORLANDO SILVA
Relator